



EDITAL nº. 085/2015

**CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA
PREENCHIMENTO DE VAGA(S) DE PROFESSOR DA
CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR
INTEGRANTE DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS
DE MAGISTÉRIO FEDERAL.**

A Pró – Reitora de Recursos Humanos da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, no uso de suas atribuições e considerando a delegação de competência que lhe foi outorgada por meio da Portaria/R/UFU/nº. 2.108, de 21/12/2012, do Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, publicada no Diário Oficial da União em 27/12/2012, seção 2, p. 18; e tendo em vista o que estabelecem a Lei nº. 8.112, de 11/12/1990, a Lei 12.772 de 28/12/2012, a Lei 12.863 publicada no D.O.U. em 25/09/2013, bem como o Decreto 6.944 de 21/08/2009 publicado no D.O.U em 24/08/2009, o Decreto nº. 7.485 de 18/05/2011; alterado pelo Decreto nº. 8.259 de 29/05/2014 e a Portaria Interministerial MPOG/MEC nº. 111, de 03/04/2014; e também o Estatuto e o Regimento Geral da UFU, a Resolução nº 03/2015 do Conselho Diretor e demais legislações pertinentes, torna público que será realizado Concurso Público de Provas e Títulos, para o cargo de Professor da Carreira de Magistério Superior do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal da Universidade Federal de Uberlândia, **para o Instituto de Artes (IARTE), para o Campus Santa Mônica, em Uberlândia/MG**, mediante as normas contidas neste Edital.

1 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O concurso visa ao preenchimento de vaga(s) destinada(s) **o Instituto de Artes (IARTE), para o Campus Santa Mônica, em Uberlândia/MG**, pelos candidatos nele habilitados e aprovados e considerados aptos em exame de saúde, obedecida a ordem de classificação.

1.2 – Se porventura durante a validade deste concurso ocorrer a vacância de cargo de professor no IARTE, na mesma área e qualificação mínima exigidas ou a distribuição pelo Conselho da Unidade de novo cargo de professor para a mesma área e qualificação mínima exigidas, o seu preenchimento, em qualquer das situações, ocorrerá de acordo com a ordem de classificação, podendo, inclusive, o candidato ser nomeado e lotado para trabalhar nos campi de Uberlândia, ou demais campi fora de sede, conforme dispuser a portaria de nomeação, observando o interesse da Universidade.

2 - DO REGIME JURÍDICO/REGIME DE TRABALHO/ATRIBUIÇÕES DO CARGO

2.1 – O regime jurídico será o da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2.1.1 - O regime de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, observado o que dispõe o artigo 21 da Lei 12.772/2012.

2.1.2 – É vedada a mudança de regime de trabalho aos docentes em estágio probatório.

2.2 - São atribuições do cargo de professor as atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e gestão institucional, além daquelas previstas em legislação específica, constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pelas Unidades Acadêmicas; ou de atos emanados de órgãos ou autoridades competentes e demais disposições do artigo 173 do Regimento Geral da Universidade Federal de Uberlândia, e outras obrigações decorrentes da legislação federal ou da legislação interna da Instituição.

2.2.1 - No exercício de suas atribuições o professor incumbir-se-á de:

I. Participar da elaboração da proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino;



EDITAL nº. 085/2015

- II. Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica de sua Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino;
- III. Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV. Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V. Ministrará, com frequência obrigatória, as aulas que lhe forem designadas pela sua Unidade, nos dias letivos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, da Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino;
- VI. Colaborar com as atividades de articulação da UFU com a comunidade; e,
- VII. Realizar atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além daquelas previstas em legislação específica constantes de planos de trabalho e de programas elaborados pela Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino.

3 - DA ESPECIFICAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO

Campus/Curso	Áreas	Subárea	Nº de Vagas	Qualificação Mínima Exigida	Regime de Trabalho
Campus: Santa Mônica Curso: Bacharelado e Licenciatura em Música	Área I: Música	Subárea I: Música Popular: Arranjo/ Guitarras ou Piano.	01	Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Música e Doutorado em Música ou Artes (com tese sobre Música);	Dedicação Exclusiva
Campus: Santa Mônica Curso: Dança	Área II: Dança	Subárea II: Dança, Criação, Imagem e Movimento	01	Graduação em qualquer área de conhecimento e Doutorado com pesquisa na área de Dança	Dedicação Exclusiva

3.1 Disciplinas a serem ministradas:

3.1.1 - Área I: Arranjo 1; Arranjo 2; Arranjo Orquestral; Arranjo Vocal; Instrumento Complementar 1 – Teclado; Instrumento Complementar 2 – Teclado; Instrumento Complementar 3 – Teclado; Instrumento Complementar 4 – Teclado; Instrumento Complementar – Guitarra; Prática de Conjunto 1; Prática de Conjunto 2; Prática de Conjunto 3; Prática de Conjunto 4; Prática de Conjunto 5; Prática de Conjunto 6; Prática de Conjunto 7; Prática de Conjunto 8; Improvisação Básica; Improvisação Avançada; Pesquisa em Música 3; Pesquisa em Música 4; Harmonia Modal; Harmonia Tonal da Música Popular; Harmonia Avançada na Música Popular; História e Apreciação do Jazz; História e Apreciação do Rock; História e Apreciação da Música Brasileira Popular; demais disciplinas, de acordo com o interesse da Unidade Acadêmica.

3.1.2 - Área II: Criação em Dança e Novas Tecnologias, Cenografia e Iluminação, Caracterização, Arte e Contemporaneidade I, Arte e Contemporaneidade II, Tópicos Especiais em Dança Contemporânea, Metodologia de Pesquisa, Pesquisa em Artes Cênicas e quaisquer outras disciplinas, de acordo com o interesse da Unidade Acadêmica.

4 - REMUNERAÇÕES DO CARGO

4.1 – Ao candidato aprovado e investido no cargo de Professor, conforme denominação a seguir, fica assegurada a remuneração estruturada conforme o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal com a seguinte composição: Vencimento Básico(VB) mais Retribuição por Titulação(RT)



EDITAL nº. 085/2015

conforme mostra a tabela abaixo, nos termos do Anexo III da Lei 12.772/2012, e ainda o Auxílio Alimentação no valor de R\$373,00.

Classe	Titulação	VB	RT	Total
Assistente A	Mestrado	R\$ 4.014,00	R\$ 1.931,98	R\$ 5.945,98
Adjunto A	Doutorado	R\$ 4.014,00	R\$ 4.625,50	R\$ 8.639,50

5 - DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS

5.1 – A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, e o comprovante de inscrição deverá ser mantido com o candidato, pois poderá lhe ser solicitado pela DIRETORIA DE PROCESSO SELETIVO - DIRPS.

5.2 – As inscrições devem ser realizadas, exclusivamente *on line*, pelo endereço eletrônico <http://www.portal.prograd.ufu.br/>, iniciando-se às 00h do dia 01 de dezembro de 2015 e encerrando-se às 23h59min do dia 15 de dezembro de 2015. Informações sobre as inscrições deverão ser obtidas na DIRPS pelo e-mail atende.dirps@prograd.ufu.br ou telefone (34) 3239-4127/4128. Horário de Atendimento na DIRPS: 8h às 17h.

5.2.1 - A UFU não se responsabilizará por inscrição não recebida por motivos de natureza técnica associados a computadores, a falhas de comunicação, a congestionamento de linhas de comunicação e a quaisquer outros motivos de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados para consolidação da inscrição.

5.2.2 – O valor da taxa de inscrição não será restituído, exceto nos casos de invalidação ou revogação do concurso público por conveniência ou interesse da Universidade.

5.2.3 – Encerradas as inscrições e não havendo candidatos inscritos em número igual ou superior ao número de vagas, serão prorrogadas, de imediato, via *on line*, as inscrições por mais 15 (quinze) dias corridos, alterando a qualificação mínima exigida para:

Área I: Graduação (Bacharelado ou Licenciatura) em Música e Mestrado em Música ou Artes (com dissertação sobre Música) e Área II: Graduação em qualquer área de conhecimento e Mestrado com pesquisa na área de Dança.

5.2.4 - No caso das inscrições serem prorrogadas, será divulgado a data de início e fim, bem como os horários no site da DIRPS (<http://www.portal.prograd.ufu.br/>) e da UFU (www.editais.ufu.br), junto ao referido edital.

5.3 – O candidato deverá preencher no ato da inscrição os formulários disponíveis no link de inscrição do Concurso acessado pelo site <http://www.portal.prograd.ufu.br/>, de modo que nele constem informações exatas e verídicas, sob pena de cancelamento da inscrição.

5.3.1 - O valor da inscrição será de R\$ 60,00 (sessenta reais) para todos os candidatos e o pagamento deverá ser efetuado na rede bancária, **por meio de GRU** (Guia de Recolhimento da União) **gerada no sistema de inscrição**. O pagamento da GRU deverá ser efetuado até o dia posterior ao término do período de inscrição. A confirmação do pagamento da taxa de inscrição será disponibilizada no sistema de inscrição em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de pagamento da GRU.

5.3.2 - O candidato deverá acessar o endereço eletrônico, <http://www.portal.prograd.ufu.br/>, conferir os dados da inscrição e se o pagamento da taxa de inscrição está confirmado.

5.3.3 - Não será aceita em hipótese alguma inscrição condicionada;

5.3.4 - O edital completo e demais normas complementares estarão à disposição dos interessados no site de internet oficial da UFU (www.editais.ufu.br) e da DIRPS (<http://www.portal.prograd.ufu.br/>), **até 05 (cinco) dias antes do início das inscrições**.

5.3.5 – A partir da publicação do edital até 05 (cinco) dias antes do início das inscrições, estarão disponíveis no *site* de comunicação oficial da UFU, no site da DIRPS e



EDITAL nº. 085/2015

no *site* da Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino responsável pelo desenvolvimento do concurso público as seguintes **normas complementares**:

- a) O programa e as referências bibliográficas completas;
- b) Os critérios e a forma como se dará a correção das provas **escrita, didática, práticas**, quando for o caso, com esclarecimentos claros e objetivos dos pontos sobre os quais os candidatos serão avaliados;
- c) Os critérios de desempate;
- d) Para prova didática são necessários também:
 - I - necessidade de apresentação pelo candidato de plano de aula para cada membro da Comissão Julgadora;
 - II - indicação no plano de aula dos referenciais bibliográficos ou dos materiais que serão indicados aos estudantes de graduação ou do ensino fundamental ou médio;
 - III - indicação de quais os recursos poderão ser utilizados e quais aqueles de uso vedado para os candidatos, inclusive aqueles que serão fornecidos pela Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino e aqueles que correrão à conta do candidato;

5.4 - A DIRPS divulgará, em até 05 (cinco) dias após o encerramento das inscrições, no site de Internet oficial da UFU (www.editais.ufu.br), **o resultado do deferimento da inscrição, bem como as datas, locais com endereço completo e horários em que deverão ocorrer as provas e entrega dos títulos, observando o período mínimo de 30 (trinta) dias entre a publicação do edital no DOU e o início da primeira prova.**

5.4.1 – Da publicação do indeferimento da inscrição caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, à DIRPS.

5.5 – Poderá haver isenção da taxa de inscrição para o candidato que preencher os requisitos exigidos pelo Decreto nº. 6.593, de 02 de outubro de 2008.

5.5.1 - A isenção deverá ser solicitada em até 05 dias uteis, antes do início das inscrições mediante requerimento do candidato, disponível no portal eletrônico www.ingresso.ufu.br/isencao, com indicação no requerimento do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico.

5.5.2 - O deferimento ou indeferimento do pedido de isenção será divulgado no endereço eletrônico: www.ingresso.ufu.br/isencao no primeiro dia útil antecedente ao início das inscrições, a partir das 17 horas.

5.5.3 - Não caberá recurso contra o indeferimento do requerimento de isenção da taxa de inscrição.

5.5.4 - Caberá aos candidatos realizar consulta ao referido endereço eletrônico, para verificar a sua situação com relação à isenção da taxa de inscrição.

5.6 - O candidato com necessidades especiais deverá informar o tipo de necessidade no ato da inscrição.

5.6.1 - O candidato deverá preencher e encaminhar à UFU durante o período de inscrição, Relatório Médico atualizado, datado, assinado e carimbado pelo médico e o requerimento de solicitação de atendimento especial para realização das provas, disponibilizado no link www.ingresso.ufu.br.

5.6.2 - Nesse requerimento, deverão ser especificadas e indicadas as condições necessárias para a realização das provas. Na ausência do relatório ou do requerimento, o candidato não terá assegurado o atendimento requerido. O relatório e o requerimento poderão ser entregues pelo candidato ou seu procurador na Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), bloco 1A, sala 111, Campus Santa Mônica, ou enviados por fax para o número (34) 3239-4400, ou por SEDEX.



EDITAL nº. 085/2015

5.6.3 - O candidato que necessitar de atendimento especial poderá solicitar:

- a) Provas ampliadas com fonte Arial 18;
- b) Auxílio leitor;
- c) Intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) para sanar eventuais dúvidas ou fornecer informações sobre o Concurso Público durante a aplicação da prova, sempre que solicitado pelo candidato surdo ou com deficiência auditiva.
- d) Tempo adicional para realização das provas, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, conforme art. 39. do Decreto 3298/99.

5.6.4 - As solicitações de que tratam os itens **5.6** e **5.7**, ou qualquer outro tipo de solicitação de atendimento especial, deverão ser indicadas no formulário de inscrição, nos campos apropriados.

5.6.5 - A UFU divulgará o resultado da solicitação dos candidatos com Necessidades Especiais, **no deferimento das inscrições.**

5.6.6 - A UFU não se responsabilizará por qualquer tipo de deslocamento do candidato com necessidades especiais.

5.7 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, além de solicitar atendimento especial para tal fim, deverá encaminhar à DIRPS cópia da certidão de nascimento da criança, **durante o período de inscrição, e deverá levar, no dia da prova, um acompanhante**, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

5.7.1 - A candidata que não levar acompanhante não poderá se ausentar para amamentar. A UFU não disponibilizará acompanhante para guarda de criança.

5.7.2 - A candidata que tiver necessidade de amamentar poderá solicitar ampliação do tempo de realização das provas em até 01 (uma) hora, conforme o tempo da amamentação.

6 – DAS PROVAS E TÍTULOS

6.1 - O Concurso Público de Provas e Títulos será realizado em 02 (duas) etapas e serão realizadas as seguintes avaliações:

6.1.1 - Primeira etapa: prova escrita, valendo 100 pontos, de caráter classificatório e eliminatório.

6.1.2 - Segunda etapa:

- a) Prova didática, valendo 100 pontos, de caráter classificatório;
- b) Apreciação de títulos, valendo 100 pontos, de caráter classificatório;

6.2 – O candidato deverá comparecer nas datas e horários marcados para realização de cada prova, sendo desclassificados aqueles que não comparecerem ou se atrasarem.

6.3 – A (s) questão (ões) e/ou o (s) tema (s) da prova escrita será (ão) selecionado (s) por sorteio a partir de uma lista elaborada pela Comissão Julgadora, abrangendo assuntos do programa adequado a esse tipo de prova.

6.3.1 - O sorteio da(s) questão(ões) ou tema(s) será realizado pela DIRPS de acordo com as seguintes fases:

- I - apresentação de todos os temas do programa, em papel ou meio eletrônico idôneo, com projeção visual na sala de realização do certame, para a conferência dos candidatos;
- II - sorteio manual ou por processo eletrônico de tema do programa;
- III - apresentação, com leitura e projeção visual, a partir do tema sorteado, da questão ou objeto da dissertação da prova;
- IV - conferência do tema sorteado, inclusive daqueles que foram descartados; e



EDITAL nº. 085/2015

V - encerramento da sessão de abertura.

6.3.2 - A prova escrita terá início 01 (uma) hora após o encerramento da sessão de abertura.

6.3.3 - O candidato terá que cumprir o tempo mínimo de sigilo de uma hora e disporá do tempo máximo de quatro horas para a realização da prova escrita.

6.3.4 - Durante a realização da prova escrita serão vedados:

I - a comunicação entre os candidatos;

II - a utilização de aparelhos eletrônicos, salvo aqueles expressamente previstos pelas regras do certame;

III - a utilização de aparelhos de sinal tele ou radiofônicos, de transmissão, luminosos ou qualquer outro meio comunicacional ou de dados;

IV - a utilização de materiais de consulta, salvo aqueles expressamente previstos no edital;

V - a utilização de qualquer meio fraudulento, valer-se de embuste, falsidade ou apoio não permitido; e

VI - qualquer forma, sinal ou elemento gráfico que permita identificação do candidato na prova escrita.

6.3.5 - O candidato que for flagrado na prática de alguma das condutas vedadas pelo item 6.3.4, será automaticamente retirado do local de aplicação da prova e eliminado do concurso.

6.3.6 – A Prova escrita, valendo 100 pontos, será avaliada dentro dos seguintes critérios, que terão sua valoração divulgada nas normas complementares:

I - Pertinência temática e abordagem teórico-conceitual

II - Habilidade na expressão escrita e domínio aos padrões da língua culta

III - Capacidade de organização e planejamento do texto

IV - Articulação, clareza e coerência de ideias no desenvolvimento do tema

V - Adequação do tema ao nível proposto

VI - Adequação da bibliografia utilizada

6.4 - A prova didática consistirá na apresentação oral, observada a ordem de realização fixada por sorteio, de um tema sorteado com, **no mínimo, vinte e quatro horas e no máximo trinta e seis horas de antecedência**, abrangendo assuntos do programa.

6.4.1 – A prova didática, cuja assistência é vedada aos demais candidatos, **será realizada em sessão pública** e terá duração mínima de **quarenta e máxima de cinquenta minutos**, podendo haver um acréscimo de até 30 (trinta) minutos para arguição do candidato pela Comissão Julgadora. As provas serão gravadas em **áudio e vídeo** que assegure boa qualidade e seu conteúdo não poderá ser consultado por terceiros, salvo autorização expressa do candidato detentor do direito de imagem, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011.

6.4.2 - A prova didática, valendo 100 pontos, será avaliada dentro dos seguintes critérios, que terão sua valoração divulgada nas normas complementares:

I - respeito aos padrões de língua culta;

II - respeito ao tempo estipulado;

III - capacidade de desenvolvimento objetivo do tema sorteado para a prova;

IV - capacidade de articulação das ideias, conceitos, conteúdos, informações atualizadas sobre o tema sorteado para a prova;

V - adequada fundamentação teórica na abordagem do tema sorteado para a prova;

VI - demonstrar habilidade para o ambiente acadêmico; e

VII - apresentação de plano de aula com fundamentação teórica, coesão e informações essenciais ao desenvolvimento da aula.



EDITAL nº. 085/2015

6.4.3 - Todos os candidatos deverão apresentar domínio dos padrões de língua culta portuguesa, tanto na expressão oral (prova didática), quanto na expressão escrita (prova escrita).

6.5 - A apreciação de títulos será realizada como **etapa posterior à prova escrita e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados na 1ª etapa**, após o esgotamento dos prazos recursais da primeira etapa, **de acordo com as datas e instruções, definidas em normas complementares.**

6.5.1 - A entrega dos títulos compreenderá uma via do Curriculum lattes, abrangendo títulos acadêmicos, atividades didáticas, atividades científicas, profissionais e/ou artísticas, acompanhado dos documentos comprobatórios, tais como certificados, diplomas, entre outros.

6.5.2 - Na valoração dos títulos acadêmicos será considerado **apenas o título de maior grau e não se pontuará a titulação mínima exigida para o cargo, considerado requisito à investidura e não elemento para pontuação e que sejam na(s) área(s) do conhecimento definida(s) no item 3 deste edital:**

6.5.3 - Da avaliação curricular nos certames com a exigência de Titulação de Doutor:

a) Na prova de títulos dos certames com o requisito de titulação de doutor será atribuída a seguinte pontuação:

I – Valoração das atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos no valor máximo de 20 (vinte) pontos;

II – Valoração da produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos no valor máximo de 80 (oitenta) pontos;

6.5.4 - Da avaliação curricular nos certames com a exigência de Titulação de Mestre:

a) Na prova de títulos dos certames com o requisito **de Mestre**, será atribuída a seguinte pontuação, vedada a atribuição de pontuação ao título exigido como requisito para o cargo:

I – Valoração das atividades didáticas e/ou profissionais nos últimos cinco anos no valor máximo de 20 (vinte) pontos;

II – Valoração da produção científica e/ou artística nos últimos cinco anos no valor máximo de 70 (setenta) pontos;

III – Valoração do título de **doutor, 10 (dez) pontos;**

6.5.5 - O candidato com maior pontuação nas atividades didáticas e/ou profissionais receberá **nota máxima**, e a pontuação dos demais candidatos **será calculada proporcionalmente** a essa pontuação.

6.5.6 - O candidato de maior pontuação na produção científica e/ou artística receberá **nota máxima**, e a pontuação dos demais candidatos **será calculada proporcionalmente** a essa pontuação.

6.5.7 - As atividades didáticas e/ou profissionais e da produção científica e/ou artística serão pontuadas conforme tabelas 1, 2 e 3.

6.5.8 - Somente serão aceitas certidões nas quais constem o início e o término do período declarado.

6.5.9 - Em caso de obras ou trabalhos publicados, o candidato apresentará exemplar ou cópia.

6.5.10 - Somente será aceito título de graduação e pós-graduação obtido em curso credenciado e reconhecido pela CAPES, se nacional. Os graus obtidos no exterior deverão atender ao disposto nos §§ 2o e 3o, do art. 48, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – e a legislação pertinente e complementar.



EDITAL nº. 085/2015

6.5.11 - Serão desconsiderados ou desclassificados os títulos que não preencherem devidamente os requisitos da comprovação.

6.5.12 - Serão admitidos somente documentos comprobatórios relativos a cada categoria apresentados até a data-limite fixada.

6.5.13 - Cada título será pontuado uma única vez.

Tabela 1 - área I

	ATIVIDADES DIDÁTICAS E/OU PROFISSIONAIS (dos últimos 5 anos)	Até 10 pontos
01	Docência no Ensino Superior: Graduação	10 pts / semestre / disciplina
02	Docência no Ensino Superior: Pós graduação <i>Stricto Sensu</i>	10 pts / disciplina
03	Docência no Ensino Superior: Pós graduação Lato Sensu	8 pts / disciplina
04	Docência no Ensino Médio e Fundamental	3 pts / semestre
05	Orientação e ou co-orientação de Iniciação Científica (Monografia, TCC, PIBIC ou equivalente) - concluídas	6 pts / aluno
06	Orientação e ou co-orientação de Dissertação de Mestrado	8 pts / aluno
07	Orientação e ou co-orientação Tese de Doutorado	10 pts / aluno
08	Orientação de Estágio Supervisionado, Estágio Profissionalizante e/ou de Ensino Vivenciado - (Prática de Ensino).	5 pts /aluno
	PRODUÇÃO CIENTÍFICA E/OU ARTÍSTICA (dos últimos 5 anos)	Até 10 pontos
01	Artigos publicados em periódicos científicos internacionais, especializados com corpo editorial.	10 pts / artigo
02	Artigos publicados em periódicos científicos nacionais, especializados com corpo editorial.	8 pts / artigo
03	Artigos publicados em periódicos sem corpo editorial	5 pts / artigo
04	Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica internacional.	8 pts / trabalho
05	Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional.	6 pts / artigo
06	Publicação de resumo em anais de reunião científica internacional.	5 pts / resumo
07	Publicação de resumo em anais de reunião científica nacional	4 pts/resumo
08	Publicação de crítica e resenha em revista científica ou prefácio de obras especializadas ou espetáculos, pós-facio ou apresentação de obras em geral.	7 pts / publicação
09	Publicação de livro na área.	10 pts / publicação (limitando a 1 título por ano)
10	Publicação de capítulo de livro na área.	8 pts / publicação
11	Edição, organização e/ou coordenação de livros ou coleções.	8 pts / obra
12	Traduções de livros, capítulos ou óperas encenadas.	5 pts / tradução
13	Produção de caderno didático publicado por meio de editora com corpo editorial.	5 pts / publicação
14	Apresentação de trabalho em reunião científica nacional.	5 pts / apresentação
15	Apresentação de trabalho em reunião científica internacional.	6 pts / apresentação



EDITAL nº. 085/2015

16	Proferir palestras e conferências e ou ministrar minicursos em congressos, seminários, simpósios e em outros eventos científicos nacionais e/ou internacionais ou em eventos isolados.	7 pts / participação
17	Participação em mesa redonda, painéis e debates, em eventos científicos nacionais e/ou internacionais ou em eventos isolados.	4 pts / participação
18	Premiação de trabalhos artísticos e/ou científicos.	3 pts / premiação
19	Participação como membro titular de banca de defesa de projetos, monografias de graduação e Pós Graduação <i>Lato sensu</i> .	2 pts / participação
20	Participação como membro titular de banca de defesa de Dissertação de Mestrado	3 pts / participação
21	Participação como membro titular de banca de defesa de Tese de Doutorado	4 pts / participação
22	Membro de comissão julgadora de eventos científicos, artísticos, culturais, técnicos e de banca de qualificação para o exercício profissional.	2 pts / participação
23	Membro de comissão organizadora de reuniões científicas, artísticas, culturais.	5 pts / participação
24	Membro de Conselho Editorial de revista científica, artística.	5 pts / participação
25	Relatório de pesquisa e/ou extensão	4 pts / relatório
26	Mini-cursos/ oficinas ministradas (mínimo 4 horas) em eventos científicos ou outros	2 pts / mini-curso
27	Participação como solista em concertos, recitais ou gravações.	10 pts/participação
28	Participação como não solista em concertos, recitais ou gravações.	7 pts/ participação
29	Direção de filmes, espetáculos musicais	10 pts/direção
30	Autoria de composições musicais (óperas, concertos, composições musicais, trilha sonora) apresentadas e/ou gravadas.	10 pts/autoria
31	Regência de ópera ou espetáculo musical.	10 pts/ópera ou Musical
32	Transcrição e/ou arranjo de obras musicais gravadas, publicadas ou executadas.	10 pts/obra
33	Restauração de obras musicais	8 pts/obra
	Total da Prova de Títulos	100 pontos

Tabela 2 - área II

Atividades Didáticas e/ou Profissionais	Pontuação (máximo 10 pontos)
1. Docência no Ensino Superior: Graduação	10 pontos/ disciplina
2. Docência no Ensino Superior: Pós-graduação Stricto sensu	10 pontos/ disciplina
3. Docência no Ensino Superior: Pós-graduação Lato sensu	8 pontos/ disciplina
4. Docência no Ensino Médio e Fundamental	3 pontos/ disciplina
5. Orientação* de Iniciação Científica (Monografia, TCC, PIBIC ou equivalente)	6 pontos/ orientação



EDITAL nº. 085/2015

6. Orientação* de Dissertação de Mestrado	8 pontos/ orientação
7. Orientação* de Tese de Doutorado	10 pontos/ orientação
8. Oferecimento de cursos ou coordenação de vivências em educação somática	10 pontos/ curso ou vivência
9. Orientação* de Estágio Supervisionado, Estágio Profissionalizante e/ou de Ensino Vivenciado - (Prática de Ensino).	5 pontos / vivência
10. Docência em atividade de extensão – Curso de Educação Somática (mínimo 60 horas)	8 pontos / curso
11. Docência em curso de formação em educação somática (mínimo de 60 horas)	10 pontos/ curso
12. Outros (a critério da comissão julgadora)	máximo 20 pontos

Tabela 3 - Área II

Produção Científica e/ou Artística	Pontuação (máximo 10 pontos)
1. Artigos publicados em periódicos científicos internacionais, especializados com corpo editorial.	10 pontos/ artigo
2. Artigos publicados em periódicos científicos nacionais, especializados com corpo editorial.	8 pontos/ artigo
3. Artigos publicados em periódicos sem corpo editorial	5 pontos/ artigo
4. Comunicação em congressos científicos nacionais: resumos ou resumos expandidos	1 ponto/ comunicação
5. Comunicação em congressos científicos nacionais: trabalhos completos	2 pontos/ comunicação
6. Comunicação em congressos científicos internacionais: resumos ou resumos expandidos	2 pontos/ comunicação
7. Comunicação em congressos científicos internacionais: trabalhos completos	3 pontos/ comunicação
8. Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica internacional.	8 pontos / trabalho
9. Publicação de trabalho completo em anais de reunião científica nacional.	6 pontos /resumo
10. Publicação de resumo em anais de reunião científica internacional	5 pontos/resumo
11. Publicação de resumo em anais de reunião científica nacional	4 pontos /resumo
12. Publicação de crítica e resenha em revista científica ou prefácio de obras especializadas ou espetáculo, pós-fácio ou apresentação de obras em geral.	7 pontos / publicação
13. Publicação de livros na área	10 pontos/ publicação
14. Publicação de capítulos de livros na área	8 pontos/ publicação



EDITAL nº. 085/2015

15. Traduções de livros, capítulos ou textos teatrais	5 pontos/ tradução
16. Edição, organização e/ou coordenação de livros ou coleções.	8 pontos/ obra
17. Participação como Membro Titular de Banca de Defesa Projetos, Monografias de Graduação e Pós-Graduação Lato sensu	2 pontos/ participação
18. Participação como Membro Titular de Banca de Dissertação de Mestrado	3 pontos/ participação
19. Participação como Membro Titular de Banca de Tese de Doutorado	4 pontos/ participação
20. Participação como Membro Titular de Bancas de Concursos Públicos	3 pontos/ participação
21. Produção de caderno didático publicado por meio de editora com corpo editorial.	5 pontos / publicação
22. Proferir palestras e conferências, participação em mesa redonda, painéis e debates, e mediações em congressos, seminários, simpósios e em outros eventos científicos nacionais e/ou internacionais ou em eventos isolados	3 pontos/ participação
23. Mini-cursos/ oficinas ministradas (mínimo 4 horas) em eventos científicos ou outros	3 pontos/mini-curso/oficina
24. Prêmio por entidade artística e/ou científica pública ou privada	3 pontos/ premiação
25. Membro de comissão julgadora de eventos científicos, artísticos, culturais, técnicos e de banca de qualificação para o exercício profissional.	2 pontos / participação
26. Membro de Conselho Editorial de revista científica, artística.	1 pontos / participação
27. Membro de comissão organizadora de reuniões científicas, artísticas, culturais.	5 pontos / participação
28. Criação de peça teatral ou roteiro coreográfico	4 pontos por peça ou roteiro
29. Atuação em espetáculo teatral ou de dança	4 pontos por espetáculo
30. Direção de espetáculo teatral ou de dança	4 pontos por espetáculo
31. Preparação vocal ou corporal de elenco	2 pontos por trabalho
32. Criação/ atuação em performance e ou coreografia	4 pontos por criação
33.Criação de cenário/figurino/iluminação/sonoplastia	1 ponto por criação
34. Atuação em filme, vídeo ou áudio-visual artístico	2 pontos por atuação
35. Outros (a critério da comissão julgadora)	máximo 20 pontos

Observação 1: Serão consideradas apenas as orientações concluídas.

Observação 2: Todos os comprovantes deverão ser encadernados em ordem, conforme a tabela de pontuação. Os mesmos não necessitam ser autenticados em cartório.

Observação 3: Os trabalhos publicados em coautoria receberão a mesma pontuação dos trabalhos de autoria exclusiva do candidato.

7 – DA CLASSIFICAÇÃO GERAL



EDITAL nº. 085/2015

- 7.1 - Cada examinador dará uma pontuação entre 0 e 100 pontos, por prova de cada candidato, imediatamente depois de sua realização e apreciação.
- 7.2 - A nota de cada prova será obtida pela média aritmética da pontuação atribuída pelos examinadores.
- 7.3 - A nota da apreciação de título será obtida pela pontuação atribuída pelos examinadores.
- 7.4 - A classificação geral dos candidatos far-se-á pela média aritmética das notas obtidas na apreciação de títulos, na prova escrita, na prova didática nos termos do Artigo 16 e anexo II do Decreto nº. 6.944 de 21 de agosto de 2009.
- 7.5 - Será considerado desclassificado do concurso o candidato que:
- obtiver pontuação inferior a 70 pontos na prova escrita; ou
 - obtiver pontuação inferior a 70 pontos na classificação geral.

8 - DA COMISSÃO JULGADORA

8.1 - O concurso público para professor será realizado por Comissão Julgadora constituída por no mínimo 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, todos docentes com titulação igual ou superior à exigida dos candidatos, **sendo no mínimo 01(um) representante (titular e suplente) integrante de outra Instituição de Ensino Superior, presidida por docente da UFU.**

8.1.1 – Os nomes dos membros da Comissão Julgadora do certame serão encaminhados à DIRPS, pela Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino, em até 05 (cinco) dias após o encerramento das inscrições. A DIRPS divulgará a constituição da Comissão Julgadora no sítio oficial da UFU (www.editais.ufu.br), no dia seguinte ao recebimento da portaria da Unidade Acadêmica e Unidade Especial de Ensino ou Unidade Especial de Ensino.

8.2 – Será considerado impedido o membro da Comissão Julgadora que:

- tenha entre os candidatos inscritos, cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos, civis ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau civil;
- tenha atuado como procurador do candidato;
- esteja litigando judicial ou administrativamente com o candidato, ou respectivo cônjuge ou companheiro; e
- tenha sido orientador do candidato em processo de titulação acadêmica em nível de mestrado, doutorado ou em estágio de pós-doutoramento, nos cinco anos anteriores ao certame.

8.3 – Será considerado suspeito o membro da Comissão Julgadora que:

- seja empregador ou empregado, superior ou inferior hierárquico de um dos candidatos;
- seja herdeiro presuntivo, donatário de um dos candidatos;
- for credor ou devedor de um dos candidatos, de seu cônjuge, companheiro, ou de parentes deste, em linha reta, ou colateral, até o terceiro grau civil;
- tenha publicado, produzido, participado de projetos de extensão ou pesquisa, com algum dos candidatos, nos cinco anos anteriores ao certame;
- tenha aconselhado algum dos candidatos sobre qualquer aspecto do certame;
- tenha recebido dádivas antes ou depois do certame; e
- tenha amizade ou inimizade notória com um dos candidatos, de seu cônjuge, companheiro, ou de parentes deste, em linha reta, ou colateral, até o terceiro grau civil.

8.4 - Poderá ainda o membro da Comissão Julgadora declarar-se suspeito por motivo de foro íntimo.

8.5 - Os membros da Comissão Julgadora deverão assinar uma declaração atestando a inexistência de suspeição e impedimentos.



EDITAL nº. 085/2015

8.5.1 - O impedimento ou a suspeição cessarão com a desistência ou qualquer forma de eliminação, do Concurso público, da pessoa que os causou.

8.6 - A impugnação da comissão julgadora, endereçada ao Diretor da Unidade Acadêmica ou Unidade Especial de Ensino, será apresentada por escrito e protocolada junto à DIRPS, que fará os encaminhamentos às autoridades competentes e demais procedimentos pertinentes.

I – O prazo para pedido de impugnação de membro (s) da Comissão Julgadora será de 05 (cinco) dias corridos após divulgação da portaria de nomeação da mesma;

II – Das decisões proferidas nas impugnações, cabe recurso ao Reitor, no prazo de 05 (cinco) dias corridos.

8.7 - A Comissão Julgadora tem a autoridade final na apreciação dos aspectos de conteúdo acadêmico do Concurso.

8.8 - A comissão Julgadora fará 01 (uma) ata para a 1ª etapa e 01 (uma) para a 2ª etapa do concurso, com relato detalhado de todo o desenvolvimento do certame, especialmente sobre a sua realização, com menção, de forma clara e objetiva, dos critérios adotados para correção das provas e atribuição de notas aos candidatos e ao final do concurso a Comissão Julgadora deverá encaminhar as 02 (duas) atas originais à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, acompanhada do parecer conclusivo, do espelho de notas e do resultado final do Concurso. A Unidade deve guardar 01 (uma) ata original das 02 (duas) etapas no processo do concurso.

9 – DAS VISTAS DE PROVAS E DOS RECURSOS

9.1 - Admitir-se-á recurso para cada etapa do concurso público, para cada candidato, relativamente ao conteúdo das questões e/ou temas, desde que devidamente fundamentado e encaminhado **exclusivamente, por meio do sistema informatizado da DIRPS**, que fará os encaminhamentos às autoridades competentes e demais procedimentos pertinentes, sendo sumariamente indeferidos recursos interpostos por outros meios.

9.2 - Sendo o concurso público realizado em 02 (duas) etapas, serão publicados os resultados ao final de cada uma delas.

a) **Na 1ª etapa**, a DIRPS divulgará o resultado da prova escrita e a data e horário para que os candidatos possam fazer vista da mesma, cabendo interposição de recurso, endereçado à Comissão Julgadora, no prazo de 02 (dois) dias contados a partir da data marcada para a vista de prova escrita, que se não acolher suas razões ou acolhê-las apenas em partes, o encaminhará ao Reitor.

b) **Na 2ª etapa**, a DIRPS divulgará o resultado da 2ª etapa, contemplando as provas didáticas e de títulos, informando a nota obtida por cada candidato com espelho de notas e classificação final, e oportunizando a partir de então, mediante solicitação por simples petição endereçada à DIRPS, a vista das provas e dos respectivos espelhos de avaliação e interposição de recurso endereçado à Comissão Julgadora no prazo de 02 (dois) dias corridos contados a partir da divulgação do resultado final do concurso pela DIRPS, que se não acolher suas razões ou acolhê-las apenas em partes, o encaminhará ao Reitor.

9.3 - Tanto a vista da prova escrita, quanto o acesso às demais informações, resumem-se à disponibilização de cópias digitais dos documentos redigidos pelo candidato, ou acesso às gravações, espelhos, gabaritos, quando houver. Não haverá, nesse momento, qualquer espaço para considerações, contraditas, argumentações ou reconsideração pela Comissão Julgadora, competindo à DIRPS providenciar a disponibilização.

9.5 - Não será permitido ao candidato conhecer o conteúdo ou a pontuação individual obtida pelos demais candidatos. **Os candidatos não terão acesso às provas escritas, didáticas, gravações ou ao espelho individual de outros candidatos, garantindo-se o acesso somente aos documentos que contenham informações de caráter público e geral e resultados consolidados.** As provas



EDITAL nº. 085/2015

serão gravadas em **áudio e vídeo** que assegure boa qualidade e seu conteúdo **não poderá ser consultado por terceiros**, salvo autorização expressa do candidato detentor do direito de imagem, de acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527/2011.

9.6 - A vista de prova e da pontuação individual, e/ou o recurso, poderão ser promovidos e efetivados pelo candidato ou por seu procurador legalmente constituído.

9.7 - O conteúdo dos julgamentos de recursos apresentados quanto às provas ou ao resultado final do concurso público estará à disposição dos candidatos ou de seus procuradores legalmente constituídos na DIRPS.

9.8 - Os pontos correspondentes às questões porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, independentemente de terem os mesmos recorrido.

10 - REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

10.1 – O candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital tem direito a nomeação, observados os prazos e procedimentos constantes da legislação pertinente, a rigorosa ordem de classificação e o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos.

10.2 – O candidato aprovado no concurso de que trata este Edital será investido no cargo, se atender às seguintes exigências:

- a) ter nacionalidade brasileira. No caso de ter nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos. Se estrangeiro, ser portador de visto permanente;
- b) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- c) estar em dia com os deveres do serviço militar, para os candidatos do sexo masculino;
- d) ser portador da titulação mínima exigida obtida em curso credenciado e reconhecido nos termos da legislação pertinente, indispensável à investidura no cargo de professor;
- e) **nos termos do Art.48 da Lei 9.394 de 20/12/96, os diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão, no caso de graduação, serem revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, e nas hipóteses de Mestrado e de Doutorado, serem reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.**
- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada perante a Junta Médica da UFU;
- g) não estar suspenso do exercício profissional, nem cumprindo outra penalidade disciplinar.

10.3 – Será exigida do candidato a apresentação de documentos suficientes a comprovação do cumprimento das exigências supramencionadas, especialmente:

- a) Cópia da Cédula de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado. No caso de estrangeiros, cópia do passaporte com comprovante ou protocolo do requerimento do visto de permanência no país;
- b) Cópia do Título de Eleitor (para brasileiros natos ou naturalizados);
- c) Prova de quitação com a justiça eleitoral e com o serviço militar, quando couber (para brasileiros natos ou naturalizados);
- d) Cópia da documentação comprobatória da qualificação mínima exigida para o Concurso.
- e) outros documentos que se fizerem necessários.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 - O prazo de validade do presente Concurso Público de Provas e Títulos será de 01 (um) ano, a contar da data de publicação da homologação, prorrogável por igual período, no interesse da Universidade Federal de Uberlândia.



EDITAL nº. 085/2015

11.2 - Será excluído do concurso o candidato que:

- I - fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- II – valendo-se da condição de servidor público, utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter a aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do concurso público;
- III – agir com incorreção ou descortesia para com qualquer membro da Comissão Julgadora;
- IV – durante a realização da prova for apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio fraudulento, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- V – identificar-se na prova escrita, mediante a menção de seu nome ou de qualquer outra forma;
- VI – não atender as determinações regulamentares da Universidade.

12 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só se iniciam e vencem em dia de expediente na Universidade. Os prazos que vencerem em dias de sábado, domingo ou feriado, serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

13 - Ainda que não haja recurso, pode o Reitor avocar toda a documentação do concurso, anulando-o se necessário, caso tenha ciência do cometimento de alguma irregularidade no seu processamento ou no seu resultado.

14 - A Pró-Reitoria de Recursos Humanos abrirá processo administrativo para documentar todos os fatos e os atos referentes ao presente concurso.

14.1 - Em nenhuma hipótese serão restituídas aos candidatos cópias de documentos, que integrarão obrigatoriamente o processo administrativo supramencionado.

15 - A Universidade Federal de Uberlândia poderá, a seu exclusivo critério e obedecendo às normas legais pertinentes, admitir candidatos homologados em Concursos Públicos e não nomeados, de outras Instituições Federais de Ensino, bem como ceder a essas Instituições candidatos homologados e não nomeados, nos termos deste edital.

16 - Caberá impugnação ao edital do certame, endereçada à PROREH e protocolada junto à DIRPS, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua publicação no Diário Oficial da União.

17 - O resultado final do Concurso público será **homologado pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos e publicado no Diário Oficial da União.**

18 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor.

Uberlândia, 18 de novembro de 2015.

Marlene Marins de Camargos Borges